

# Oposição entrega o pedido de impeachment

Miro critica requerimento antes de investigação. Bloco de esquerda não tem maioria na Câmara

Rudolfo Lago, Catia Seabra  
e Mônica Gugliano

● BRASÍLIA. Os líderes dos partidos de oposição entregaram ontem ao presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), o requerimento para a abertura do processo de impeachment contra o presidente Fernando Henrique, marcando sua posição no plenário. Segundo a apresentação, o presidente teria cometido crime de responsabilidade ao autorizar que o ex-presidente do BNDES André Lara Resende e o ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros usassem seu nome para pressionar a Previ (fundo de previdência do Banco do Brasil) a se associar ao consórcio do banco Opportunity no processo de privatização da Telebrás.

A resposta de Temer sobre o requerimento não deve ser dada esta semana. O presidente da Câmara encaminhou o requerimento à Secretaria-Geral da Mesa para que seus advogados e juristas embasem com argumentos técnicos a sua decisão. Se Temer não acolher o pedido, a oposição pode recorrer a plenário. Mas para ter o recurso aprovado a oposição teria que pôr em plenário 257 deputados e ter maioria simples dos votos favoráveis. A oposição, no entanto, não tem maioria na na Câmara e dificilmente conseguiria aprovar o pedido.

Ao mesmo tempo que fazia o requerimento para o processo de impeachment, as oposições colhiam assinaturas para a instalação da uma CPI mista da Câmara e do Senado destinada a investigar o leilão da Telebrás. Não têm, porém, muita esperança de que a CPI possa vir a ser instalada. Em defesa do presidente, os líderes governistas trabalham para impedir que algum parlamentar da base assine o pedido de CPI. O

PFL, ontem, chegou a resolver proibir que qualquer um dos seus membros vote a favor da instalação de uma CPI.

— Nós vamos ter paciência. Esse será um trabalho de formiguinha. Uma guerra de guerrilha — comentou o líder do PT na Câmara, José Genoíno (PT-SP).

A oposição e os governistas elevaram ontem o tom das acusações recíprocas. Em nota divulgada de manhã, o PFL qualificou as denúncias como ato de revanchistas, inconformados com as derrotas nas urnas de 1998 e acusou diretamente o PT de liderar esse processo: "O PT se vale de qualquer pretexto para tentar impedir que o país avance nas reformas e no processo de desestatização

da economia, procurando para isso angariar suporte em setores oposicionistas menos avisados."

— Trata-se de uma oposição golpista, incompetente para chegar ao poder pelas urnas — disse o líder do Governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP).

Para Genoíno, as gravações divulgadas demonstram que toda a operação montada para favorecer o consórcio do Opportunity teve a autorização formal e inquestionável do presidente.

— Apesar do espremeio dos governistas, a oposição tem o dever legal, constitucional e político de apresentar o pedido de CPI e a representação contra o presidente por crime de responsabilidade.

Os líderes do bloco de oposição, com os líderes do PL, Waldemar Costa Neto (SP), e do PPS, João Hermann (SP), tentaram demonstrar unidade. Fizeram uma solenidade no Espaço Cultural da Câmara em que escutaram trechos das fitas com as conversas. A unidade, porém, era apenas aparente. O líder do PDT, Miro Teixeira (RJ), era contra o pedido de impeachment. Achava que a oposição deveria concentrar-se primeiro na busca da CPI e nas investigações, para não banalizar o instrumento de impeachment. Lembrava que, no caso do ex-presidente Fernando Collor, buscou-se primeiro mobilizar a sociedade para que o pedido ganhasse força. ■